



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

15 de março de 2021

REFORMA NO HOSPITAL MUNICIPAL TOMAZ MARTINS COMEÇOU NO MEIO DA SEMANA

Com investimentos de recursos próprios, no valor de R\$ 586 mil 702 reais, segundo informou o Setor de Comunicação ao AGORA, a Prefeitura Municipal de Santa Inês, juntamente com as secretarias e Obras e de Saúde, iniciou na última quinta-feira, 11, uma reforma que denominou chamar de emergencial no Hospital Municipal Tomaz Martins. A obra terá duração de 120 dias. Nesse período, será feito um remanejamento nos setores e o atendimento continuará normalmente. A reforma tem autorização para ser feita do **Ministério Público**, o que se fez necessário em razão de ser o hospital, de propriedade de terceiros e não do município de Santa Inês. A Prefeitura informou que para poder fazer a obra numa propriedade particular, a Prefeitura cumpre **ação civil pública** movida pelo **Ministério Público** no ano de 2016. E em novembro de 2020, a Justiça deu parecer favorável ao MP, autorizando dentro da legalidade que o Poder Público faça a intervenção necessária.

FALA COM A IMPRENSA

Na tarde de quinta-feira, o prefeito Luís Felipe Oliveira de Carvalho e a secretária de Saúde Maria Rita Bacelar estiveram no HMTM onde falaram com a Imprensa, e deram maiores detalhes sobre a reforma. Também informaram que no hospital já foram instalados um moderno laboratório que fornece exames com rapidez, e foi recuperado o equipamento de radiologia. Também informaram que segue em curso o projeto da construção de um hospital de propriedade do município, cujo projeto já estaria com cerca de 40% pronto. (Da Redação com informações do SCPMSI).

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=17037>

Universitários reclamam de frequentes mudanças em grades curriculares

Agência Brasil

Em todo o país, universitários reclamam de prejuízos causados pela liberdade das faculdades modificarem, a qualquer tempo, o conteúdo de seus cursos. Estudantes, especialistas e entidades ouvidas pela Agência Brasil dizem que os mais afetados por súbitas mudanças pedagógicas são os alunos de instituições particulares que, em muitos casos, veem o sonho da formatura adiado e têm que arcar com custos inesperados.

As queixas aumentaram com a pandemia da **COVID-19**, que forçou todo o ensino a se ajustar às restrições às **aulas** presenciais, mas não são recentes. Basta pesquisar na internet para encontrar dezenas de reclamações e pedidos de orientação jurídica sobre reflexos das mudanças de matriz curricular. Em sites como o Reclame Aqui, internautas se queixam de terem que cursar novas disciplinas; da redução de carga horária ou da extinção de matérias. Os estudantes atribuem esses problemas à autonomia das instituições que implementam mudanças que acabam afetando quem já está estudando.

Esta semana, no Distrito Federal, discentes de Psicologia de uma das faculdades que recentemente reformularam seus currículos organizaram um abaixo-assinado por temerem perda de qualidade do ensino. Em Florianópolis, uma universidade alterou não só os currículos de vários de seus cursos no fim do primeiro semestre de 2020, como anunciou que disciplinas, antes presenciais, passarão a ser virtuais, mesmo após a pandemia. Um problema para o estudante Alex Chernehaque que foi obrigado a trancar o curso que fazia, de julho a dezembro de 2020, por mudanças, sem prévio aviso, em práticas comuns na universidade.

"Até então, podíamos escolher as matérias que quiséssemos, independentemente do semestre, desde que não tivessem pré-requisitos. Cada aluno podia montar sua grade levando em conta as disciplinas obrigatórias que devia cursar para se formar", comentou Chernehaque, explicando que, antes de se matricular em psicologia, já estudava direito na mesma instituição.

"Por dois anos, fui fazendo matérias de diferentes períodos do curso de psicologia. Até que, com a

mudança da matriz curricular e as novas normas, a faculdade me informou que eu teria que retornar ao primeiro semestre de psicologia, alegando que eu não tinha concluído nenhum semestre", diz o estudante.

Membro de um diretório acadêmico, Chernehaque garante que a mudança prejudicou outros alunos. Segundo ele, o que a universidade propôs "para minimizar o prejuízo" foi descontar a carga horária das matérias cursadas das horas de atividades complementares que ele precisa fazer durante o curso de psicologia.

"Ou seja, ou conquisto, na Justiça, o direito de seguir conforme previa a matriz curricular anterior, de quando me matriculei, ou aceito voltar ao início do curso e praticamente perco os dois anos que já estudei", lamentou o estudante, que recorreu ao **Ministério Público**, mas não descarta a hipótese de abandonar o curso pela metade.

Em Fortaleza, depois de decidir fazer uma segunda graduação, a jornalista Edwirges de Oliveira também teve que lidar com os efeitos de duas mudanças de matriz curricular implementadas em um curto espaço de tempo. Ao dar à luz a sua filha, em abril de 2018, ela já tinha cursado três semestres do curso de Design de Interiores de uma faculdade particular. Foi quando decidiu trancar a matrícula e se afastar temporariamente dos estudos.

"Quando voltei, no começo de 2019, o currículo tinha sido modificado. Conversei com o coordenador do curso, que me disse que o melhor era eu aderir à nova grade, mais moderna, com novas disciplinas", contou Edwirges.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/03/15/universitarios-reclamam-de-frequentes-mudancas-em-grades-curriculares/>

Federação Paulista tenta convencer governo estadual que futebol tem de continuar

Agência Estadão

No primeiro dia de paralisação do futebol em São Paulo, após orientação do governador João Doria, a Federação Paulista (FPF), membros do **Ministério Público**, do próprio governo e representantes dos clubes do Paulistão se reúnem nesta segunda-feira, no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, para tentar derrubar a medida.

O argumento da FPF é simples: a modalidade está protegida da pandemia de covid-19 por fazer testes com regularidade e por apresentar baixo índice de contaminação pelo novo coronavírus.

A FPF vai tentar provar que o problema do aumento da pandemia e das mortes em São Paulo nada tem a ver com o futebol. Vai se valer do argumento de que os jogadores fazem testes semanalmente e são mantidos em agendas de treinamentos e jogos, de modo a evitar que fiquem livres para quebrar o isolamento pedido pelas autoridades do Estado.

Por determinação do governador, o Estado de São Paulo entre a partir desta segunda, até o dia 30, em fase de emergência, acima da fase vermelha decretada no dia 6 de março. A medida para combater o avanço da pandemia e desafogar os leitos de UTI nos hospitais públicos e privados determinou que partidas de futebol e de qualquer outra modalidade, além de missas e cultos religiosos devem ser paralisados.

Portanto, o Campeonato Paulista não deve mais ser jogado até o fim do mês. Isso vale para qualquer torneio de futebol realizado em São Paulo, como Copa Libertadores e Copa do Brasil, as outras competições em andamento no Estado.

Um dia antes do anúncio do governo, a CBF apresentou balanço positivo do futebol de 2020 no combate à doença, com seus protocolos e cartilha de boas condutas frente à covid-19. Informou que quase 90 mil testes PCR foram realizados em pouco mais de 13 mil jogadores durante a temporada e que "apenas" 2% deles deram positivo. Comentou ainda que os surtos nos times ocorreram mais por descuido social dos próprios contaminados do que propriamente erro na conduta das instituições e torneios.

O futebol vai tentar passar a mensagem de que ele é feito de maneira segura e responsável, de modo a não interferir no aumento da doença no Estado.

O governo de São Paulo e o **Ministério Público** são a favor da paralisação. FPF e clubes, pela continuação da disputa estadual

Caso haja impasse e o futebol continue paralisado em São Paulo, a FPF vai propor aos presidentes de clubes a possibilidade de jogar em outros estados, como Minas Gerais. O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Calil, já admitiu que abriria a cidade para os vizinhos paulistas. "Estamos jogando futebol em Belo Horizonte. Então, se quiser jogar aqui, pode", disse.

Caso o Paulistão vá para outro Estado, alguns dos 16 clubes participantes vão precisar de ajuda financeira para bancar o deslocamento de avião e estadia em hotel ao menos por dois dias. Em 15 dias, o Estadual teria duas rodadas para jogar.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/03/15/federacao-paulista-tenta-convencer-governo-estadual-que-futebol-tem-de-continuar/>

Polícia Federal deflagra Operação Esquema Novo para combater desvios de recursos públicos da Prefeitura Municipal de Rio Branco/MT (Polícia)

André Gomes

Cáceres/MT - A Polícia Federal deflagrou nesta segunda-feira (15/03) a Operação Esquema Novo, com o objetivo de combater desvios de recursos públicos praticados em detrimento da Prefeitura Municipal de Rio Branco / MT.

Os policiais federais cumprem mandados judiciais na Prefeitura do respectivo município, bem como, em endereços de pessoas físicas e jurídicas ligadas aos fatos criminosos, em especial servidores públicos e particulares.

A investigação contou com a colaboração do **Ministério Público** Estadual e aponta indícios de autoria e materialidade dos crimes de responsabilidade do prefeito, artigo 1º, inciso I, do Decreto-Lei 201/67, de corrupção passiva previsto no artigo 317 do Código Penal e de corrupção ativa previsto no artigo 333 do Código Penal.

O inquérito policial apurou que mais da metade dos valores inicialmente contratados com a Prefeitura para execução de obras no município eram repassados da empresa contratante para contas pessoais de servidores públicos municipais. Além dos desvios de recursos públicos, o esquema criminoso contava também com aditamentos contratuais objetivando aumentar o valor final da obra.

Na ação de hoje, a PF visa angariar provas relacionadas aos crimes cometidos, além de apreender bens e valores obtidos com a prática delitiva objetivando, em especial, o ressarcimento ao erário.

Fonte: Polícia Federal

Site: <https://andreimprensa.com.br/policia/policia-federal-deflagra-operacao-esquema-novo-para-combater-desvios-de-recursos-publicos-da-prefeitura-municipal-de-rio-branco-mt/>

Wellington cobra explicação de Dino sobre fila por leito de UTI para Covid-19 (Política)

Yuri Almeida

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) protocolou ofício na SES (Secretaria de Estado da Saúde), na semana passada, cobrando explicação do governo de Flávio Dino (PCdoB) sobre o quantitativo exato e atualizado de leitos clínicos e de UTI (unidade de terapia intensiva) na rede pública estadual destinados ao tratamento de pacientes diagnosticados com Covid-19 ou suspeitos de infecção pelo novo coronavírus.

A solicitação tem como base dados da própria SES, que não estão sendo divulgados em transparência ativa mas foram obtidos pelo jornal O Estado de S.Paulo, que mostram que, apesar do boletim epidemiológico da pasta garantir que há leitos clínicos e de UTI Covid-19 disponíveis, até a última terça-feira 9, ao menos 35 pacientes estavam na fila de espera por uma vaga. Destes 14 aguardavam por leitos de UTI.

O **Ministério Público** do Maranhão e a DPE (Defensoria Pública do Estado) também foram acionados pelo parlamentar.

"Queremos explicações sobre a incongruência nas informações e real situação da capacidade de atendimento da rede pública de saúde. Na propaganda temos leitos e na realidade pessoas aguardam em fila de espera? Isso é um absurdo! As pessoas merecem saber a verdade sobre a situação do sistema público de saúde. Sabemos que transparência nunca foi o forte do governo Flávio Dino, mas se aproveitar de uma pandemia para seguir com mentiras ultrapassa qualquer limite, pois pessoas correm risco de morte enquanto aguardam em fila por leitos", salientou Wellington.

Site:

<https://atual7.com/noticias/politica/2021/03/wellington-cobra-explicacao-de-dino-sobre-fila-por-leito-de-uti-para-covid-19/>

MPMA recomenda ao Conselho Tutelar medidas de proteção a crianças e adolescentes em Davinópolis

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão emitiu, nesta sexta-feira, 12, Recomendação ao Conselho Tutelar do Município de Davinópolis, para que sejam atendidas crianças e adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou ainda em razão de sua própria conduta.

No documento, o **promotor de justiça** Domingos Eduardo da Silva, titular da 9ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, de cuja comarca Davinópolis é termo judiciário, esclarece que a ameaça ou violação por ação ou omissão da sociedade e do Estado ocorre quando o ente estatal e a sociedade, por qualquer motivo, não asseguram os direitos fundamentais da criança e do adolescente, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A ameaça ou violação por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis (tutor, guardião, dirigente de abrigo) configura-se quando deixam de assistir, criar e educar suas crianças ou adolescentes.

A Recomendação prevê, ainda, que sejam aplicadas medidas de proteção às crianças e adolescentes, após confirmação da ameaça ou violação de direitos. Entre outras ações, as medidas consistem no encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental ou médio. Neste caso, o Conselho Tutelar deve providenciar a matrícula e frequência escolar de criança e adolescente, diante da impossibilidade ou incapacidade de pais ou responsável para fazê-lo.

Outras providências que devem ser adotadas pelo conselho consistem na inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente, bem como na requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial.

O documento enviado ao Conselho Tutelar de Davinópolis orienta também que seja encaminhada ao **Ministério Público** notícia de fato que constitua infração administrativa (arts. 245 a 258) ou penal (arts. 228 a 244) contra os direitos da criança ou do adolescente, por meio de correspondência oficial protocolada.

Foi recomendado que sejam comunicados os crimes que, mesmo não tipificados no ECA, têm crianças e adolescentes como vítimas. São exemplos desse tipo de crime: quando pais e mães (tendo condições) deixam de cumprir com a assistência aos filhos (abandono material) ou de cuidar da educação dos filhos (abandono intelectual); crianças e adolescentes frequentando casas de jogos, residindo ou trabalhando em casa de prostituição, mendigando ou servindo a mendigo para excitar a comiseração pública (abandono moral); entrega de criança e adolescente a pessoa inidônea; descumprimento dos deveres de pátrio poder, tutela ou guarda, inclusive em abrigo.

Cabe ao Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento ou de óbito de criança ou adolescente, quando estes não possuírem tais documentos e seja conhecido o Cartório onde forma registrados. No caso de inexistência de registro, deve o conselho elaborar representação ao juiz para que este requirite o assento do nascimento.

No caso de constatação de alguma irregularidade ou violação dos direitos de crianças e adolescentes abrigados, semi-internados ou internados, o conselho deverá aplicar, sem necessidade de representar ao juiz ou ao **promotor de justiça**, a medida de advertência prevista no art. 97 do ECA.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/03/mpma-recomenda-ao-conselho-tutelar.html>

O futuro do campeonato paulista será definido nessa semana

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/03/15/RDIOJOVEMPAN>

NEWS1340AMSOLUISMA-07.39.13-07.44.30-

1615812379.mp3

Futuro da situação de Lula no STF divide especialistas

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/03/15/RDIOJOVEMPAN>

NEWS1340AMSOLUISMA-07.08.16-07.11.02-

1615810051.mp3